

MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

---

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

# **RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO E AJUSTAMENTO FINANCEIRO**



**MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS**  
**Setembro 2015**



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## ÍNDICE

### Índice

1.	FUNDAMENTO, ÂMBITO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA.....	3
2.	DESCRIÇÃO DO EMPRÉSTIMO PAEL, REEMBOLSOS E JUROS .....	4
3.	DESCRIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DE SANEAMENTO, REEMBOLSOS E JUROS.....	5
4.	PAGAMENTOS EFETUADOS.....	6
5.	ACOMPANHAMENTO MEDIDAS GERAIS.....	9
6.	ACOMPANHAMENTO MEDIDAS ESPECIFICAS 2015 DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO.....	10
6.1.	RECEITAS.....	10
6.2.	DESPESAS .....	14
6.3.	RESUMO.....	21
7.	EVOLUÇÃO PATRIMONIAL .....	25
8.	CONCLUSÕES .....	26



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## **1. FUNDAMENTO, ÂMBITO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA**

O presente relatório consubstancia os resultados do trabalho relativo ao Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento e Ajustamento Financeiro do Município de Torres Novas.

Desta forma o presente relatório reporta-se a uma oitava avaliação com referência à data de 30 de Setembro de 2015 em termos de acompanhamento, coordenação e gestão do Estudo e respetiva execução do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e do Plano de Saneamento Financeiro.

Neste relatório voltamos a evidenciar as condições dos empréstimos e os pagamentos efetuados ao abrigo dos mesmos, bem como os reembolsos e juros entretanto pagos.

Efetua-se também uma análise prática da implementação das medidas previstas no Plano de Saneamento Financeiro, com especial enfoque nos desvios ocorridos entre o previsto e efetivamente realizado.

Mantêm-se também os dados patrimoniais reais com os previstos em referência ao ano de 2014.

Confronta-se também o considerado na revisão do orçamento de 2015 com o previsto no plano para o mesmo ano e o previsto em termos de grandes rubricas patrimoniais com o efetivamente registado.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## 2. DESCRIÇÃO DO EMPRÉSTIMO PAEL, REEMBOLSOS E JUROS

Conforme referido nos relatórios de acompanhamento anteriores, foi aprovado e efetuado o empréstimo de PAEL com as seguintes condições em relação ao previsto:

PAEL	Previsto	Real
Montante Contratual	6.795.454 €	6.795.454 €
Taxa de Juro	2,54%	2,45%
Spread	0,15%	0,15%
Primeira Data de Reembolso	01-06-2013	15-11-2013
Última Data de Reembolso	01-12-2026	15-05-2027
Modo de Reembolso	Prestações Semestrais	Prestações Semestrais
N.º Anos	14	14
N.º Prestações	28	28
Pagamento de Juros	01/06 e 01/12	15/05 e 15/11

A primeira tranche foi efetivamente recebida em 26/08/2013 com o valor de 4.756.818€. A segunda tranche no valor de 2.038.636€ foi recebida a 30/12/2013 e contabilizada em Janeiro de 2014.

Até à data de 30/09/2015 as amortizações efetuadas bem como os juros pagos foram os seguintes (prestações debitadas em Maio e Novembro):

Prestações	Amortização	Juros	Total
1º prestação em 2013	169.886	31.411	201.297
1º prestação em 2014	244.759	86.644	331.402
2º prestação em 2014	244.759	91.948	336.707
1º prestação em 2015	244.759	86.970	331.729
<b>Total</b>	<b>904.163</b>	<b>296.973</b>	<b>1.201.136</b>

Desta forma o valor em dívida a 30-09-2015 relativamente ao empréstimo do PAEL cifra-se em 5.874.210€ determinado da seguinte forma:

Rubricas	Montantes
Montante Aprovado	6 795 454
Montante Utilizado	6 778 372
Diferença de Estornos	17 081
Amortizações	904 163
<b>Total em Dívida 30-09-2015</b>	<b>5 874 210</b>



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

### 3. DESCRIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DE SANEAMENTO, REEMBOLSOS E JUROS

Também conforme mencionado nos relatórios de acompanhamento anteriores, foram efetuados os empréstimos de saneamento na Caixa Geral de Depósitos e no Banco Português de Investimento com as seguintes condições face às previstas:

Empréstimos Saneamento	Previsto	Real
<b>CGD</b>		
Montante Contratual	5.000.000 €	5.000.000 €
Taxa de Juro	0,44%	Euribor 6 Meses
Spread	6,75%	6,25%
<b>BPI</b>		
Montante Contratual	1.503.814 €	1.503.814 €
Taxa de Juro	0,44%	Euribor 6 Meses
Spread	6,75%	6,75%

O empréstimo da Caixa Geral de Depósitos já teve amortizações no montante total de 482.252€, sendo o valor em dívida a 30-09-2015 de 4.517.749€ (prestações mensais):

Prestações	Amortização	Juros	Total
2013	0	96 046	96 046
2014	137 513	331 921	469 434
2015	344 739	172 332	517 071
<b>Total</b>	<b>482 252</b>	<b>600 299</b>	<b>1 082 551</b>

Para este empréstimo e no seguimento da descida generalizada das taxas de juros nos mercados bancários foi renegociada a taxa, tendo sido aprovado um ajustamento do spread em vigor no empréstimo de 6,25% para 4,5%, com efeitos a partir de 30 de Janeiro de 2015, processo visado pelo Tribunal de Contas.

Em relação ao empréstimo do BPI verifica-se que começou a ser amortizado em Setembro de 2015 no montante de 8.586€, sendo o valor em dívida a 30-09-2015 de 1.460.668€ (o valor efetivamente utilizado foi de 1.469.254€ (prestações mensais):

Prestações	Amortização	Juros	Total
2013	0	32 381	32 381
2014	0	103 931	103 931
2015	8 586	75 367	83 953
<b>Total</b>	<b>8 586</b>	<b>211 679</b>	<b>220 265</b>



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

#### 4. PAGAMENTOS EFETUADOS

##### PAEL

No plano elaborado a previsão de pagamentos por classe económica e patrimonial que justificavam o empréstimo de PAEL era a seguinte:

Classe Económica	Classe Patrimonial					Total
	221	261	262	267	268	
01			14.011	0	703.115	717.126
02	3.444.768	41.031			42.145	3.527.944
03	2.878				114.718	117.596
04	23.685				864.996	888.682
05					19.277	19.277
06	12.122				11	12.133
07	136.764	1.170.761			11.940	1.319.465
08	9.465	16.155			167.611	193.231
Total	3.629.682	1.227.946	14.011	0	1.923.814	6.795.454

Após o recebimento das duas tranches do empréstimo (a ultima tranche foi registada em Janeiro de 2014) verifica-se que a totalidade do empréstimo concedido foi de 6.778.372€, sendo a diferença de 17.081€ relativa a estornos não aprovados.

O Município efetuou os pagamentos decorrentes do PAEL até Abril de 2014, estando apenas por conciliar alguns itens relativos a situações extraordinárias como a não apresentação de certidão de não dívida dos credores, o falecimento de alguns credores estando a aguardar-se a habilitação de herdeiros, processos de penhora, etc.

Assim foram efetuados os seguintes pagamentos por classe económica e patrimonial:



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Classe Económica	Classe Patrimonial				Total
	221	261	262	268	
01			9.134	703.115	712.249
02	3.318.978	41.031		41.965	3.401.974
03	2.876			91.850	94.727
04	23.685			810.358	834.043
05				19.277	19.277
06	12.026			11	12.037
07	136.764	1.119.692		9.776	1.266.232
08	9.465	16.155		103.195	128.814
Total	3.503.795	1.176.877	9.134	1.779.547	6.469.354

Salienta-se que os pagamentos efetuados até Abril de 2014 são superiores às tranches recebidas em 612.048€ devido a terem sido efetuados adiantamentos de pagamentos por receitas próprias.

Deste montante adiantado, temos que 326.100€ serão de considerar pagamentos ao abrigo do PAEL, uma vez que são o que resulta da diferença entre o montante recebido e pago:

Classe Económica	Classe Patrimonial				Total
	221	261	262	268	
01	0	0	4.876	0	4.876
02	125.790	0	0	180	125.970
03	1	0	0	22.868	22.869
04	0	0	0	54.639	54.639
05	0	0	0	0	0
06	96	0	0	0	96
07	0	51.069	0	2.164	53.233
08	0	0	0	64.416	64.416
Total	125.888	51.069	4.876	144.267	326.100



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## SANEAMENTO FINANCEIRO

No plano elaborado a previsão de pagamentos por classe económica e patrimonial que justificavam os empréstimos de Saneamento era a seguinte:

Classe Económica	Classe Patrimonial						Total
	221	228	261	262	264	268	
01				22.510		51.655	74.165
02	3.235.143	12.319	24.722			25.819	3.298.003
03						213.300	213.300
04	16.336	970				128.529	145.835
05		57.254			190.861	22.217	270.332
06	588		90.000			8.705	99.293
07	72.189		2.163.547				2.235.736
08			111.220			55.928	167.148
Total	3.324.256	70.543	2.389.489	22.510	190.861	506.155	6.503.814

Com a entrada dos valores dos empréstimos nas contas do Município, foram até 31-12-2013 efetuados os seguintes pagamentos:

Classe Económica	Empréstimo BPI	Empréstimo CGD	Total
01		87.777	87.777
02	333.695	3.823.640	4.157.335
03		114.765	114.765
04		109.582	109.582
05		104.237	104.237
06		99.486	99.486
07	1.136.241	595.257	1.731.498
08		69.443	69.443
Total	1.469.936	5.004.188	6.474.124

Assim foi efetuada a totalidade dos pagamentos do Saneamento até 31-12-2013, sendo que existiram retenções no empréstimo do BPI e pagamentos por caixa de cerca de 56.000€.





SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## 5. ACOMPANHAMENTO MEDIDAS GERAIS

No Plano de Saneamento foram consideradas seis medidas gerais, cujos impactos, pela transversalidade das medidas não são facilmente quantificáveis.

A saber,

- ✚ Implementação do Orçamento de base zero, em curso;
- ✚ Reapreciação das participações financeiras e associativismo em conformidade com a Lei n.º 50/2012;
- ✚ Elaboração e Implementação do Plano de Eficiência Energética;
- ✚ Revisão da NCI, nomeadamente procedimentos de Contratação Pública e Cobranças;
- ✚ Reforço da contabilidade analítica;
- ✚ Redução/racionalização das despesas e dos auto-consumos;

Em termos de prazo de implementação no plano considerou-se que as três primeiras medidas enunciadas seriam implementadas em 2013 e as restantes sem data específica de implementação.

Conforme referido nos relatórios de acompanhamento anteriores todas as medidas, à exceção da implementação do Orçamento de base zero, foram implementadas em 2013. No entanto, temos informação do Departamento Financeiro que se encontram adotados alguns princípios e regras subjacentes à elaboração de Orçamento de Base Zero, que está consubstanciado também nas regras de Execução da Orçamentação em vigor (documento obrigatório pela Lei 73/2013, de 3 de Setembro).



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. n.º 176

## 6. ACOMPANHAMENTO MEDIDAS ESPECIFICAS 2015 DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

A análise e acompanhamento da implementação das medidas específicas é efetuada sobretudo através da comparação da execução orçamental com referência ao período em apreço com os montantes previstos no plano para o ano de 2015. Chama-se a atenção que a execução dada entre os montantes executados e os montantes previstos no plano deve ser considerada comparando com uma base de execução normal de 75% (execução esperada em nove meses, sem considerar a sazonalidade das receitas e despesas).

### 6.1. RECEITAS

O total de receitas previstas para o ano de 2015 era de 27.515.368€. O total de receitas realizadas no final do terceiro trimestre do ano de 2015 cifrou-se em 18.086.136€, pelo que se registou neste trimestre uma percentagem de execução total de 65,73%.

Rubricas	Previsto	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	Total Setembro 2015	% Execução
Receitas Correntes	19 862 157	4 053 070	6 475 163	5 021 904	15 550 137	78,29%
Receitas Capital	7 653 211	305 097	515 460	1 715 442	2 535 999	33,14%
Total	27 515 368	4 358 166	6 990 623	6 737 346	18 086 136	65,73%

Em termos de receitas correntes verifica-se um comportamento de execução superior ao previsto (percentagem de execução de 78,29%).

Em relação às receitas de capital verifica-se um desvio significativo, dado que nos nove meses de 2015 foram arrecadadas menos receitas de capital do que o esperado (percentagem de execução de 33,14%).

Em termos de rubricas económicas verifica-se que os maiores desvios positivos face ao previsional (% execução superior a 75%) foram registados nas rubricas de:

- IMI – percentagem de execução de 76,57%;
- IUC - percentagem de execução de 90,64%;



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. n.º 176

- Multas – percentagem de execução de 123,78%;
- Transferências Correntes – percentagem de execução de 90,67%;
- Venda de Bens e Serviços Correntes - percentagem de execução de 75,26%;
- Outras receitas correntes – percentagem de execução de 216,05%;

Por outro lado os maiores desvios negativos nas receitas (% execução inferior a 75%) foram registados nas seguintes rubricas:

- IMT – percentagem de execução de 42,47%;
- Rendimentos de Propriedade - percentagem de execução de 48,66%;
- Venda de Bens de Investimento – percentagem de execução de 5,21%;
- Transferências de Capital – percentagem de execução de 33,88%;

Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto no plano e realizado até Setembro de 2015 em termos de receitas correntes:

Descrição	2015					
	Previsional Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
Receitas correntes	19 862 156,96	4 053 069,63	6 475 162,73	5 021 904,16	15 550 136,52	78,29%
Impostos directos	6 529 949,75	525 429,53	2 613 696,02	1 596 862,05	4 735 987,60	72,53%
IMI	4 102 088,39	72 023,80	2 337 271,84	731 753,05	3 141 048,69	76,57%
IMT	1 029 277,69	231 020,92	65 276,60	140 846,64	437 144,16	42,47%
Deccama	740 871,91	32 630,47	9 220,89	519 775,63	561 626,99	75,81%
Outros	657 711,75	189 754,34	201 926,69	204 486,73	596 167,76	90,64%
Impostos indirectos	846 529,07	130 488,23	195 039,42	54 793,47	380 321,12	44,93%
Taxas, multas e outras penalidades	437 182,47	68 894,34	73 152,91	78 313,91	220 361,16	50,40%
Taxas	390 554,08	47 537,76	50 999,90	64 106,01	162 643,67	41,64%
Multas	46 628,39	21 356,58	22 153,01	14 207,90	57 717,49	123,78%
Rendimentos da propriedade	1 314 753,45	12 272,21	325 925,22	301 562,30	639 759,73	48,66%
Transferências correntes	8 555 959,58	2 575 408,36	2 699 738,02	2 482 640,15	7 757 786,53	90,67%
Venda de bens e serviços correntes	2 052 150,21	590 073,96	489 467,93	464 946,42	1 544 488,31	75,26%
Venda de bens	10 569,00	363,87	14 368,64	2 486,51	17 219,02	162,92%
Serviços	1 951 439,21	577 551,39	464 184,82	451 609,91	1 493 346,12	76,53%
Rendas	90 142,00	12 158,70	10 914,47	10 850,00	33 923,17	37,63%
Outras receitas correntes	125 632,43	150 503,00	78 143,21	42 785,86	271 432,07	216,05%

No que diz respeito aos impostos directos, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução ascendeu a 72,53%. Apenas a rubrica do IMT ficou abaixo do dos 75% de execução.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Em relação ao IMI, até ao terceiro trimestre foi arrecadado um valor total de 3.141.048€, que em termos da sua sazonalidade corresponde a 76,57% do valor global previsto arrecadar.

Em termos de IMT a execução até Setembro de 2015 cifra-se em 42,47%, significando que apresenta o maior desvio da rubrica face ao previsto.

O IUC (considerado na rubrica de outros) apresenta uma execução acima do previsto (mais cerca de 130.000€), devido sobretudo ao aumento de transações do ano e devido à eficiência na cobrança das finanças de IUC de anos anteriores.

Na classe económica das taxas, multas e outras penalidades verifica-se que apesar da rubrica de multas apresentar uma execução positiva, é a rubrica das taxas que tem mais peso nestas receitas e apresenta uma execução de 41,64%. Esta rubrica está sobretudo influenciada pela sub-rúbrica dos loteamentos e obras e reflete a desaceleração operações de licenciamento urbanísticas.

Os rendimentos de propriedade apresentam desvios negativos (% de execução de 48,66%), uma vez que nos três primeiros trimestres de 2015 foram arrecadadas duas rendas trimestrais referentes à concessão da exploração à EDP da rede elétrica de baixa tensão. Esta renda trimestral representa cerca de 250.000€.

No que diz respeito às receitas das transferências correntes a sua execução encontra-se acima do previsto (% de execução de 90,67%).

Relativamente à venda de bens e serviços correntes temos que a rubrica de venda de bens está desfasada do previsto para 2015 embora sem grande expressão em termos de valores (desvio de 6.650€ em valor que corresponde a uma % execução de 162,92%), a venda de serviços está com uma percentagem de execução de 76,53% e as rendas apresentam uma execução de 37,63%. Assim, dos cerca de 2.052.150€ previstos para o ano de 2015, foram executados cerca de 1.544.488€, ou seja, a percentagem de execução global é de 75,26%.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. n.º 176

Em relação às Outras Receitas Correntes temos que a arrecadação já ultrapassou o total previsto para o ano de 2015, sobretudo devido a reembolsos de sinistros.

Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto no plano e realizado em 2015 em termos de receitas de capital:

Descrição	2015					
	Previsional Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
Receitas de capital	7 653 211,49	305 096,67	515 460,18	1 715 442,31	2 535 999,16	33,14%
Venda de bens de investimento	221 491,56	0,00	11 500,00	50,28	11 550,28	5,21%
Terrenos	9 268,23	0,00	11 500,00	50,28	11 550,28	124,62%
Habitacões	195 388,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Edifícios	16 834,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Transferências de capital	7 419 455,76	304 944,73	500 031,14	1 708 413,21	2 513 389,08	33,88%
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1 827 480,00	163 710,00	163 710,00	238 323,92	565 743,92	30,96%
Participação comunitária em projectos co-financiados e outras	5 591 975,76	141 234,73	336 321,14	1 470 089,29	1 947 645,16	34,83%
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras receitas de capital	12 264,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	151,94	3 929,04	6 978,82	11 059,80	100,00%

Em termos de vendas de bens de investimento foi prevista uma receita para o ano de 221.492€, sendo que foi realizada uma hasta pública em Fevereiro que não concretizou nenhuma alienação. No entanto no mês de Maio, foi realizada a venda de uma parcela de terreno pelo valor de 11.500€.

A hasta pública realizou-se em 23/02/2015, onde estavam 15 imóveis publicitados em edital para realização da mesma, com o valor proposto de alienação de 1.249.022€:

Localidade	Morada/Lote	Valor Proposto para Venda
Pedrogão	Estrada Municipal Nº 557	17 700 €
Quinta do Mato	Rua Cabeço do Azinho	90 310 €
Rua Santo António	Terreno junto ao Continente	46 390 €
Pafarrão	Rua da Escola	31 793 €
Casas Altas	Rua do Mosteiro Lote nº2	28 030 €
	Rua do Mosteiro Lote nº3	28 710 €
	Rua do Mosteiro Lote nº5	43 240 €
Via dos Negréus	Lote 9	343 860 €
	Lote 10	94 820 €
Chancelaria	1. Rua das Escolas	101 770 €
	2. Rua das Escolas	62 830 €
Lamarosa	Rua Drº João Martins de Azevedo	123 035 €
Almonda	Bairro José Dias Simão - Rua C	71 140 €
Casais Martanes	Travessa do Casal	96 525 €
Lapas	Rua das Escolas	68 870 €
<b>Total</b>		<b>1 249 022 €</b>



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Os imóveis continuam publicitados para venda, mas na prática constata-se a relativa incapacidade do mercado em absorver este tipo de oferta.

As transferências ao abrigo do FEF apresentam uma percentagem de execução de 30,96%. Foi detetado um erro na aplicação da repartição 90-10 entre corrente e capital, pelo que foram corrigidas as respetivas alocações.

A taxa de execução de Fundos Comunitários nos primeiros nove meses de 2015 representa uma execução de 34,83%, face ao total previsto arrecadar no ano, ou seja, do total previsto de 5.591.976€ foram efetivamente arrecadados 1.947.645€.

Esta receita está diretamente ligada à despesa em bens de capitais (investimento) que apresenta no terceiro trimestre do ano uma baixa execução (cerca de 69,14%).

Destacamos que a percentagem de execução das receitas de capital (33,14%) está fortemente influenciada pela (não) arrecadação da rubrica dos Fundos Comunitários.

## 6.2. DESPESAS

O total de despesas previstas para o ano de 2015 é de 27.433.178€. O total de despesas realizadas até ao terceiro trimestre de 2015 cifrou-se em 18.161.543€, pelo que se regista uma percentagem de execução de 66,20%.

Rubricas	Previsto	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	Total Setembro 2015	% Execução
Despesa corrente	16 571 598	3 139 403	4 196 051	3 705 115	11 040 569	66,62%
Despesa de capital	10 861 580	931 986	2 063 520	4 125 467	7 120 973	65,56%
Total	27 433 178	4 071 389	6 259 572	7 830 582	18 161 543	66,20%

Em termos de despesas correntes e de capital verificam-se desvios negativos referentes às despesas de capital, com uma percentagem de execução de 65,56%, e às despesas correntes também inferiores ao previsto (taxa de execução de 66,62%).



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Em termos de rubricas económicas, verifica-se que os maiores desvios acima do previsto (% execução superior a 75%) foram registados nas rubricas de:

- Transferências Correntes – percentagem de execução de 2.097,48%;
- Subsídios – 96,24%;

Por outro lado os maiores desvios abaixo dos previstos (% execução inferior a 75%) foram registados nas seguintes rubricas:

- Despesas com Pessoal – percentagem de execução de 66,62%;
- Juros e Outros Encargos – percentagem de execução de 53,23%;
- Aquisição de Bens de Capital – percentagem de execução de 69,14%;
- Passivos Financeiros – 55,48%;

Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto no PSF e realizado em 2015 em termos de despesas correntes:

Descrição	2015					
	Previsional Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
Despesas correntes	16 571 597,77	3 139 402,78	4 196 051,47	3 705 114,97	11 040 569,22	66,62%
Despesas com o pessoal	8 797 077,59	1 720 474,09	2 189 760,44	1 876 248,79	5 786 483,32	65,78%
Remunerações certas e permanentes	7 141 513,02	1 389 432,02	1 742 614,27	1 343 668,52	4 475 714,81	62,67%
Abonos variáveis ou eventuais	223 055,47	20 691,99	21 796,52	69 861,68	112 350,19	50,37%
Segurança social	1 432 508,50	310 350,08	425 349,65	462 718,59	1 198 418,32	83,66%
Aquisição de bens e serviços	6 432 534,50	1 198 025,55	1 671 723,32	1 514 190,17	4 383 939,04	68,15%
Aquisição de bens	1 365 631,33	252 337,35	364 307,08	185 002,89	801 647,32	58,70%
Aquisição de serviços	5 066 903,17	945 688,20	1 307 416,24	1 329 187,28	3 582 291,72	70,70%
Juros e outros encargos	769 516,13	103 076,67	213 044,39	93 471,94	409 593,00	53,23%
Resultantes do PAEL	160 214,07		86 970,31	86 970,31	173 940,62	108,57%
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	609 302,06	103 076,67	126 074,08	6 501,63	235 652,38	38,68%
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00				0,00	0,00%
Transferências correntes	13 666,00	48 714,45	91 592,91	146 333,71	286 641,07	2097,48%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	1 635,00	1 635,00	1 635,00	4 905,00	100,00%
Freguesias	13 666,00	24 911,51	37 551,88	85 334,91	147 798,30	1081,50%
Associações de municípios	0,00				0,00	100,00%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	22 167,94	52 406,03	56 321,96	130 895,93	100,00%
Famílias	0,00			3 041,84	3 041,84	100,00%
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00%
Subsídios	47 420,81	29 755,75	9 716,46	6 165,96	45 638,17	96,24%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	47 420,81	5 959,20	0,00	0,00	5 959,20	12,57%
Famílias	0,00	23 796,55	9 716,46	6 165,96	39 678,97	100,00%
Outros	0,00				0,00	0,00%
Outras despesas correntes	511 382,74	39 356,27	20 213,95	68 704,40	128 274,62	25,08%



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

No que diz respeito às despesas com pessoal, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução ascendeu a 66,62%.

Apesar da integração, em 12 de Setembro de 2014, de 17 trabalhadores da Empresa Municipal que representam um montante de cerca de 58.000€, temos que a rubrica de despesas com pessoal apresenta uma diminuição face ao previsto no plano.

Até 30 de Setembro, saíram 20 trabalhadores, entraram 12 e estão 11 de licença sem remuneração.

Quer a rubrica de aquisição de bens, quer a rubrica de aquisição de serviços apresentam uma execução abaixo do previsto para o terceiro trimestre de 2015, com taxas de execução de 58,70% e 70,70%, respetivamente.

Em termos de juros e encargos a execução do primeiro semestre ascendeu a 53,23%.

No que diz respeito às transferências correntes previsionalmente foi considerado um valor anual de transferências de cerca de 13.666€, sendo que até Setembro de 2015 foram realizadas transferências no montante de 286.641€, o que corresponde a uma execução de 2.097,48%.

De salientar, no entanto, que existem transferências regulares que não foram previstas no plano (como por exemplo as transferências para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) o que irá originar sempre desvios significativos nesta rubrica.

Em relação aos subsídios no plano inicial e com o pressuposto de que a empresa Turrisespacos seria internalizada os subsídios considerados ascendiam a cerca de 47.000€.

Na sequência de em 03 de Setembro de 2014 ter sido aprovado em Assembleia Municipal a dissolução da empresa Turrisespacos, em 2015 não foi efetuada qualquer transferência para aquela empresa, sendo que mesma se encontra já liquidada.

No entanto, foram efetuadas transferências de subsídios para Famílias, fazendo com que os valores globais previstos nesta rubrica correspondam no global aos valores executados.

Na rubrica de outras despesas correntes a taxa de execução de 2015 face ao valor previsto anualmente foi de 25,08%, ou seja, dos 511.383€ previsto para despesas desta rubrica foram





SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

efetivamente pagos até ao final do terceiro trimestre 128.275€, apresentando um desvio de cerca de 383.108€.

Este desvio é sobretudo referente ao valor de 463.994€ previsto para fazer face a processos judiciais em curso que ainda não tiveram efetivamente decisão e portanto ainda não geraram o exfluxo de meios financeiros.

Assim, a previsão temporal do exfluxo atualizado a Setembro de 2015 é a seguinte:

Ano	2015	2016	2017	Total
Valor dos Processos Judiciais em curso	495 000	2 161 692	412 500	3 069 192

Sendo que no plano inicial a situação prevista era a seguinte:

Ano	2013	2014	2015	Total
Valor dos Processos Judiciais em curso	503 505	1 137 017	463 994	2 104 516

De salientar que em 2015 não foi necessário, até ao final do terceiro trimestre semestre, despendar quaisquer valores no âmbito de processos judiciais em curso. No entanto, foram resolvidos dois processos de montante significativo:

- Parque Subterrâneo - existiu sentença onde o Município foi condenado, decorrente do Acordo de Transação, a pagar pelo Parque Almonda de 1.900.000€, sendo que 300.000€ devem ser liquidados em 2015 e o restante em 2016.

- Loteamentos (Maria Camila Gonçalves Gorjão Maia) – Este processo tinha um valor pedido pela Autora de 3.000.000€. Foi efetuado acordo para o pagamento por parte do Município de um total de 150.000€ em 10 prestações (início em Novembro de 2015) e terá de realizar as obras do loteamento em 18 meses, a contar da data de 12.11.2015, data em que foi emitida a certidão comprovativa da hipoteca a pagar do Município, conforme consta da sentença transitada em julgado.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto no plano e realizado em 2015 em termos de despesas de capital:

Descrição	2015					
	Previsional Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
Despesas de capital	10 861 580,12	931 986,47	2 063 520,13	4 125 466,78	7 120 973,38	65,56%
Aquisição de bens de capital	7 486 225,51	562 731,77	874 135,38	3 739 085,29	5 175 952,44	69,14%
Investimentos	6 405 180,36	562 731,77	744 864,15	3 455 496,68	4 763 092,60	74,36%
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Habitacões	0,00	5 000,00	0,00	0,00	5 000,00	100,00%
Edifícios	6 027 805,46	377 706,93	640 656,14	2 953 024,75	3 971 387,82	65,88%
Construções diversas	250 000,00	155 930,70	0,00	8 758,68	164 689,38	65,88%
Outros	127 374,90	24 094,14	104 208,01	493 713,25	622 015,40	488,33%
Locação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Bens de domínio público	1 081 045,15	0,00	129 271,23	283 588,61	412 859,84	38,19%
Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Freguesias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Activos financeiros	0,00	0,00	72 446,00	0,00	72 446,00	100,00%
Passivos financeiros	3 375 354,61	369 254,70	1 116 938,75	386 381,49	1 872 574,94	55,48%
Resultantes do PAEL	422 835,07	0,00	244 758,73	244 758,73	489 517,46	115,77%
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	2 952 519,54	369 254,70	872 180,02	141 622,76	1 383 057,48	46,84%
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

Primeiramente a aquisição de bens de investimento onde se encontravam previstos 7.486.226€ a realizar em 2015, apresenta um total de despesa paga até Setembro de 2015 de 5.175.952€ (percentagem de execução de 69,14%). De salientar que no terceiro trimestre de 2015 foram executados 3.455.497€.

Em termos de obras no ano anterior o desvio apurado entre o previsto e executado foi significativo, sendo que dos 5.792.904€ previstos foram apenas executados 2.968.920€ existindo diversos desfazamentos entre as obras previstas e as realmente executadas.

Em 2015 o montante previsto de despesas em bens de investimento ascende a 7.486.226€ e divide-se pelas seguintes rubricas:



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Descrição	Previsto 2015
AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	20 000
AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES MATERIAL TRANSPORTE	7 375
CONSTRUÇÃO CENTRO ESCOLAR SANTA MARIA	813 122
REQUALIFICAÇÃO ESCOLA MANUEL FIGUEIREDO-OBRA	2 764 684
INFRAESTRUTURAS ZONA ENVOLVENTE DO HOSPITAL - 2ª. FASE	300 000
OBRA - PARQUE URBANO-MATA DOS MESIOES	528 776
MERCADO DAS IDEIAS	1 500 000
PAV.URB.LIGAÇÃO A LAPAS	152 269
URBANIZAÇÃO DA MEIA VIA - LOTEAMENTO F. SILVA GONÇALVES	50 000
EDIFÍCIOS	150 000
CONSTRUÇÕES DIVERSAS E INFRAESTRUTURAS	1 000 000
EQUIPAMENTOS DIVERSOS	100 000
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	100 000
<b>Total</b>	<b>7 486 226</b>

O montante realizado até ao terceiro trimestre de 2015 ascendeu a 5.175.952€ repartido pelos seguintes projetos:



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Descrição	Executado 2015
INFRAESTRUTURAS ELECTRICAS DA URBANIZACAO MARSIMOVEL/NEGREUS	840
MELHORIA QUALIDADE ILUMINACAO PUBLICA DO CONCELHO	1 131
INFRAESTRUTURAS ZONA ENVOLVENTE DO HOSPITAL - 2ª. FASE	920
RENOVACAO DE LUMINARIAS DE ILUMINACAO PUBLICA	2 432
PAVIMENTACAO ARRUAEMENTOS CONCELHO E OBRAS COMPLEMENTARES(VALE DA SERRA/PAFARRAO/R.10JUNHO-LITEIROS/R.MATAS-ZIBREIRA/R.COVAOZINHO-VARGOS/TISCALHO-VALE ROXO/R.BANDA OPERARIA LT.7-T.NOVAS.OUTROS)	13 784
CENTROS EDUCATIVOS - REMODELACAO EM : TORRES NOVAS/S.GIAO	233
CENTROS EDUCATIVOS - REMODELACAO EM : RIACHOS	22 661
REQUALIFICACAO ESCOLA MANUEL FIGUEIREDO-OBRA	3 091 234
BENEFICIACAO E GRANDES REPARACOES EM EDIFICIOS ESCOLARES DO 1º CEB E JARDINS INFANCIA	5 761
APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS-MOBILIARIO E OUTROS	127
REQUALIFICACAO ESCOLA MANUEL FIGUEIREDO-MOBILIARIO DIVERSO	163 919
REQUALIFICACAO ESCOLA MANUEL FIGUEIREDO-EQUIPAMENTO INFORMATICO	133 474
BENEFICIACAO E GRANDES REPARACOES EM EDIFICIOS ESCOLARES	18 585
CASA DA CULTURA EM RIACHOS	42 009
EQUIPAMENTO BASICO	5 252
FERRAMENTAS E UTENSILIOS	303
EQUIPAMENTO BASICO	508
AQUISICAO E REPARACAO DE EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	279
AQUISICAO BANCOS MADEIRA	3 000
AQUISICAO COMPLEXO DENOMINADO DESTILARIA DA BROGUEIRA-MUSEU DO FIGO	11 223
PROJECTO/CONSTRUCAO DO CONVENTO DO CARMO - REMODELACAO	19 318
OBRAS DE REMODELACAO-"GARAGEM DOS CLARAS"	352 048
REMODELACAO DO MERCADO DO PEIXE	153 791
AQUISICAO DE PREDIOS(VAZIOS) E EDIFICIOS	5 000
RECUPERACAO DO CONVENTO DO CARMO	790 370
CENTRO DE RECURSOS MATERIAIS-LOJA SOCIAL	1 601
FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES SUBTERRANEOS	2 140
AQUISICAO E GRANDES REPARACOES DE EQUIPAMENTO BASICO	87 931
AQUISICAO E GRANDES REPARACOES DE MATERIAL DE TRANSPORTE	34 292
CONSTRUCAO DE OSSARIOS INDIVIDUAIS	3 528
AQUISICAO DE NOVOS EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO	3 526
AQUISICAO DE NOVOS ALARMES	951
CONVERSAO DE EQUIPAMENTOS E INSTALACAO DE REDE DE GAS NATURAL NO ESTADIO MUNICIPAL	5 231
AQUISICAO E GRANDES REPARACOES DE EQUIPAMENTO BASICO	3 069
AQUISICAO E GRANDES REPARACOES DE EQUIPAMENTO INFORMATICO	6 871
AQUISICAO E GRANDES REPARACOES DE EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	2 743
GRANDES REPARACOES EM EDIFICIOS MUNICIPAIS	10 402
AQUISICAO DE COMPUTADORES E OUTRO EQUIPAMENTO INFORMATICO	4 491
AQUISICAO E GRANDES REPARACOES DE EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	717
AQUISICAO E GRANDES REPARACOES DE EQUIPAMENTO BASICO	2 040
AQUISICAO E GRANDES REPARACOES DE FERRAMENTAS E UTENSILIOS	878
APLICACOES DE NEGOCIO-SOFTWARE(SERVIÇOS ONLINE - FACTURAÇÃO ELECTRÓNICA E TRATAMENTO DE PROJETOS TECNICOS DE OBRAS PARTICULARES)	65 190
REESTRUTURACAO DAS INFRAESTRUTURAS TECNOLOGICAS	49 832
LICENCIAMENTO DE SOFTWARE INFORMATICO	14 205
MÉDIO TEJO GESTÃO EM SIG - VALOR GLOBAL DA OPERAÇÃO	15 867
MÉDIO TEJO GESTÃO EM SIG - VALOR GLOBAL OUTROS PROJECTOS	640
CONTRATOS LICENCIAMENTO E MANUTENCAO DE PROGRAMAS SOFTWARE	21 607
<b>Total</b>	<b>5 175 952</b>



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

As principais obras que impulsionaram a execução de despesa de aquisição de bens de capital foram a Requalificação da Escola Manuel Figueiredo (3.091.234€), Recuperação do Convento do Carmo (790.370€) e Remodelação da “Garagem dos Claras” (352.048€).

### 6.3. RESUMO

Em resumo verificaram-se desvios quer ao nível da receita, quer ao nível da despesa, sendo que parte dos mesmos têm origem em desvios ocorridos nos anos de 2013 e 2014, designadamente atraso no recebimento da última tranche do PAEL (prevista para 2013 e realizado em 2014), a não verificação de vendas de bens de capital, subsídios comunitários que não se realizaram devido aos desvio na aquisição de bens de capital (investimento) e subsídios à empresa municipal, que contrariamente ao previsto no PSF só veio a ser internalizada em 2014.

O Saldo previsto do ano entre receitas e despesas para o ano de 2015 era de 82.191€. Contudo, o Município apresenta um saldo (receita-despesa) no terceiro trimestre positivo em 2.869.890€, influenciado sobretudo pelo saldo de gerência anterior.

Convém salientar que apesar das execuções reais apresentarem diversos desvios face ao plano inicial, os saldos gerados tem sido bastante mais positivos do que os previstos no plano inicial:

COMPARAÇÃO EXECUÇÃO ORÇAMENTO VS PSF

	2012		2013		2014		Saldo Acumulado	
	Executado	Previsto PSF	Executado	Previsto PSF	Executado	Previsto PSF	Executado	Previsto PSF
Receitas	26 094 026	29 891 525	33 877 641	40 777 138	25 974 422	26 492 590	85 946 088	97 161 254
Despesas	25 865 096	28 834 857	33 745 298	41 628 771	24 441 808	26 769 877	84 052 203	97 233 506
Saldo	228 930	1 056 668	132 342	-851 633	1 532 613	-277 287	1 893 886	-72 252

Pelo exposto mantêm-se as sugestões quanto à necessidade de articulação entre os valores previstos no plano e os constantes dos orçamentos anuais (nota: orçamento considerando a ultima revisão orçamental aprovada), bem como a integração no PSF das obrigações decorrentes dos processos judiciais entretanto julgados.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Rubricas	Designação	Orçamento 2015	Previsto PSF 2015	Desvio Orçamento vs. Plano
01	IMPOSTOS DIRECTOS	6 621 310	6 529 950	91 360
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	495 254	846 529	-351 275
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	424 678	437 182	-12 504
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 213 333	1 314 753	-101 420
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10 348 653	8 555 960	1 792 694
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 953 696	2 052 150	-98 454
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	290 403	125 632	164 770
<b>Total Receita Corrente</b>		<b>21 347 327</b>	<b>19 862 157</b>	<b>1 485 170</b>
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	86 333	221 492	-135 158
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8 021 195	7 419 456	601 739
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	0	12 264	-12 264
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10 992	0	10 992
16	SALDO DA GERENCIA	2 945 297	82 191	2 863 107
<b>Total Receita Capital</b>		<b>11 063 817</b>	<b>7 735 402</b>	<b>3 328 415</b>
<b>Total Receita</b>		<b>32 411 144</b>	<b>27 597 559</b>	<b>4 813 585</b>

Rubricas	Designação	Orçamento 2015	Previsto PSF 2015	Desvio Orçamento vs. Plano
01	DESPESAS COM O PESSOAL	8 300 941	8 797 078	-496 137
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7 875 234	6 432 535	1 442 699
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	660 716	769 516	-108 800
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	463 706	13 666	450 040
05	SUBSÍDIOS	82 680	47 421	35 259
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	638 067	511 383	126 685
<b>Total Despesa Corrente</b>		<b>18 021 344</b>	<b>16 571 598</b>	<b>1 449 746</b>
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	11 074 263	7 486 226	3 588 037
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	86 492	0	86 492
09	ACTIVOS FINANCEIROS	144 893	0	144 893
10	PASSIVOS FINANCEIROS	3 084 152	3 375 355	-291 202
<b>Total Despesa Capital</b>		<b>14 389 800</b>	<b>10 861 580</b>	<b>3 528 220</b>
<b>Total Despesas</b>		<b>32 411 144</b>	<b>27 433 178</b>	<b>4 977 966</b>

Assim, em termos de orçamento para 2015 foram previstas receitas e despesas em mais cerca de 4.980.000€ do que o previsto no Plano de Saneamento para o mesmo ano. No entanto se analisarmos as diferentes rubricas da despesa e da receita constatamos:

- Na receita corrente o aumento deve-se sobretudo à rubrica de Transferências Correntes, na sequência de ser ter alterado a proporcionalidade das transferências do Orçamento de Estado, entra a componente corrente e de capital, ao aumentar a percentagem das transferências correntes até 90%, em detrimento das de capital (até 10%), correspondendo desta forma ao Princípio do Equilíbrio Corrente, definido no Regime Financeiro das Autarquias Locais;



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. n.º 176

- Na receita de capital, a diferença decorre das Transferências de Capital, provenientes de financiamentos comunitários, uma vez que as obras às quais estão consignadas deslizarão na sua execução.
- No âmbito da despesa corrente o principal desvio ocorre com a rubrica de aquisição de bens e serviços sustentando-se tal desvio numa subavaliação da despesa efetiva quando a elaboração do PSF, carecendo tal facto de ajustamento.
- Na despesa de capital a rubrica aquisição de bens de capital é a principal responsável pelo desvio constatado. Tal justifica-se pelo deslizamento de obras que estavam previstas realizar em anos transatos.

Em termos de execução orçamental das receitas até Setembro de 2015 temos uma percentagem de 64,89%:

Rubricas	Designação	Orçamento 2015	Realizado 3º Trimestre de 2015	% Execução Orçamental
01	IMPOSTOS DIRECTOS	6 621 310	4 735 988	71,53%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	495 254	380 321	76,79%
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	424 678	220 361	51,89%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 213 333	639 760	52,73%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10 348 653	7 757 787	74,96%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 953 696	1 544 488	79,05%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	290 403	271 432	93,47%
<b>Total Receita Corrente</b>		<b>21 347 327</b>	<b>15 550 137</b>	<b>72,84%</b>
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	86 333	11 550	13,38%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8 021 195	2 513 389	31,33%
15	REPOSIÇÃO NÃO ABATIDAS NOS PAG.	10 992	11 060	100,62%
16	SALDO DA GERENCIA	2 945 297	2 945 297	100,00%
<b>Total Receita Capital</b>		<b>11 063 817</b>	<b>5 481 296</b>	<b>49,54%</b>
<b>Total Receita</b>		<b>32 411 144</b>	<b>21 031 433</b>	<b>64,89%</b>

Em termos de execução orçamental das despesas até Setembro de 2015 temos uma percentagem de 56,03%:



Rubricas	Designação	Orçamento 2015	Realizado 3º Trimestre de 2015	% Execução Orçamental
01	DESPESAS COM O PESSOAL	8 300 941	5 786 483	69,71%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7 875 234	4 383 939	55,67%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	660 716	409 593	61,99%
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	463 706	286 641	61,82%
05	SUBSÍDIOS	82 680	45 638	55,20%
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	638 067	128 275	20,10%
	<b>Total Despesa Corrente</b>	<b>18 021 344</b>	<b>11 040 569</b>	<b>61,26%</b>
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	11 074 263	5 175 952	46,74%
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	86 492	0	0,00%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	144 893	72 446	50,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	3 084 152	1 872 575	60,72%
	<b>Total Despesa Capital</b>	<b>14 389 800</b>	<b>7 120 973</b>	<b>49,49%</b>
	<b>Total Despesas</b>	<b>32 411 144</b>	<b>18 161 543</b>	<b>56,03%</b>

## CONCLUSÕES:

A necessidade do Plano ser articulado com os Orçamentos anuais, designadamente, nas seguintes áreas:

- Impostos e Taxas – Taxas e revisão de tarifários estipulados e não verificadas, também por alteração legislativas nomeadamente das taxas (Licenciamento Zero), e preços de Resíduos Sólidos Urbanos que vieram alterar os pressupostos antes contemplados nas tabelas de taxas e preços em vigor;
- Passivos Financeiros – período das transferências dos empréstimos que não correspondem ao inicialmente previsto no PSF;
- Investimento em bens de capital – obras previstas não realizadas, que precisam de reajustamento para os períodos posteriores. A receita de subsídios ao investimento é fortemente afetada por esta rubrica, pelo que deve ser revista em conformidade.
- Transferências Correntes – Não verificação nas datas previstas da resolução dos processos judiciais em curso. Contudo esta informação depende de detalhe apresentado pelo assessor jurídico, não suscetível de ser alterado.
- Internalização da Turrisespaços – A decisão apenas ocorreu Setembro de 2014 pelo que no Plano não estão consideradas transferências para esta empresa, mas sim o suporte do financiamento da sua atividade internalizada.





SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Salientamos também que de acordo com o Art.º 7 do DL 38/2008, de 07 de Março, no caso de incumprimento, pese embora a necessidade de articulação dos documentos previsionais por forma a que os mesmos sejam coerentes e fidedignos no suporte à gestão, podemos concluir que têm vindo a ser alcançados os objetivos contratados no Âmbito do PAEL e Saneamento Financeiro, uma vez que os resultados do ano, e acumulados, superam os preconizados no PSF e os objetivos de reestruturação da dívida.

A articulação referida deve ser enquadrada face ao disposto no n.º 5 do Art.º 40 da Lei das Finanças Locais, que transcrevemos:

***“ Artigo 40º - Saneamento financeiro municipal***

*....5 – O incumprimento do plano de saneamento financeiro, referido no n.º 2, é comunicado, pela assembleia municipal, ao Ministro das Finanças e ao ministro que tutela as autarquias locais e, até à correção das causas que lhe deram origem, determina:*

- a) A impossibilidade de contração de novos empréstimos durante um período de cinco anos;*
- b) A impossibilidade de acesso à cooperação técnica e financeira com a administração central;”*

Fomos informados que está em curso a revisão/atualização do Plano de Saneamento Financeiro, no sentido de ser dada resposta a esta recomendação.

## **7. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL**

Quanto à evolução patrimonial e em termos de grandes rubricas também se verificam desvios significativos entre o previsto e o real.

Assim os valores previstos são os sintetizados no quadro seguinte:

Previsto	2012	2013	2014	Variação (2013 - 2012)	Variação (2014 - 2013)
Ativo	169 440 453	165 606 370	162 972 109	-3 834 083	-2 634 261
Passivo	84 288 541	79 395 071	75 440 478	-4 893 470	-3 954 593
Proveitos e Ganhos	24 410 762	24 452 491	24 765 293	41 729	312 802
Custos e Perdas	24 201 582	23 395 202	23 444 961	-806 381	49 759
Resultado Líquido Exercício	209 180	1 057 289	1 320 332	848 110	263 043

Destes valores salienta-se a tónica colocada na redução do passivo e na contenção de gastos.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

O rácio de autonomia financeira estimado para os anos de 2013 e 2014 era de 52,06% e 53,71%, respetivamente.

Os valores efetivos foram os seguintes:

Real	2012	2013	2014	Varição (2013 - 2012)	Varição (2014 - 2013)
Ativo	157 182 944	150 966 845	149 384 274	-6 216 099	-1 582 571
Passivo	70 246 372	64 542 613	61 041 891	-5 703 759	-3 500 722
Proveitos e Ganhos	21 486 736	22 366 654	25 039 318	879 918	2 672 664
Custos e Perdas	23 678 590	22 993 538	22 000 477	-685 052	-993 061
Resultado Líquido Exercício	-2 191 854	-626 884	3 038 841	1 564 970	3 665 725

Realçamos a redução do passivo total que à data é superior à redução prevista; o aumento dos proveitos e ganhos foi também superior ao previsto; ao passo que a diminuição real dos custos e perdas foi também superior ao previsto o que resulta na obtenção de resultados líquidos mais favoráveis do que os previstos. No referente ao Ativo, a sua redução decorre de não ter sido ainda, à data, incorporado o Património Líquido decorrente da internalização da empresa.

Realçamos também que os valores de autonomia financeira reais para os anos de 2013 e 2014 foram de 57,25% e 59,14%, respetivamente, sendo superiores aos inicialmente previstos.

Em Setembro de 2015 o Município não tem pagamentos em atraso a mais de 90 dias.

## 8. CONCLUSÕES

O presente relatório pretende dar uma visão global do enquadramento das operações de financiamento descritas comparando os valores e condições previstos com os efetivamente negociados e realizados.

Acompanhou-se a evolução dos empréstimos em termos de amortizações e juros.

Efetuiu-se uma revisão global da implementação das medidas genéricas previstas no plano.

Com o apuramento de valores de receitas e despesas efetivas do terceiro trimestre de 2015, efetuou-se uma análise detalhada dos desvios verificados face aos previstos inicialmente no



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

plano, detalhando-se nas áreas mais significativas as justificações para a ocorrência de tais desvios.

Aprofundaram-se também as diferenças do plano face ao orçamento e as diferenças em termos de evolução patrimonial.

Em face do descrito, mantém-se a recomendação de articulação do plano inicial com base em pressupostos atuais e de forma a minimizar os desvios nos próximos anos, nos termos do Art.º 9 da Portaria 281-A/2012, de 14 de Setembro (regulamenta o PAEL) e em conformidade com a exigência prevista no disposto no n.º 5 do Artigo 6º da Lei 43/2012 de 28 de Agosto (aprova o PAEL).